

APONTAMENTOS PRELIMINARES SOBRE POLÍTICA, POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A CONSTITUIÇÃO DAS PESQUISAS NA ÁREA

Vanêssa de Cássia Oliveira

Marisa Schneckenberg

RESUMO

O presente trabalho é um estudo de cunho teórico e bibliográfico que busca apontar características sobre a política educacional, bem como a política pública da Educação a Distância (EaD) e como elas podem ser utilizadas nas pesquisas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que toma como base as considerações de Azevedo (1997), Bourdieu (2011 e 2012), Asprella (2013), Kaplan e Napoli (2013), dentre outros. Eles abordam aspectos constitutivos e empíricos da política educacional e a relação com a pesquisa. Ao analisarmos políticas educacionais, políticas públicas, EaD e pesquisa, devemos considerar o contexto da formulação e da implementação. Além dos aspectos constitutivos no âmbito legal e ideológico, pilares para o entendimento no campo da materialização.

Palavras-chave: Política. Políticas públicas. EaD. Pesquisa. Educação.

ABSTRACT

The present work is a theoretical and bibliographical study that seeks to point out characteristics about educational policy, as well as public policy on Distance Education (EaD) and how they can be used in research. This is a bibliographical research based on the considerations of Azevedo (1997), Bourdieu (2011 and 2012), Asprella (2013), Kaplan and Napoli (2013), among others. They address constitutive and empirical aspects of educational policy and the relationship with research. When analyzing educational policies, public policies, distance education and research, we must consider the context of formulation and implementation. Also, the constitutive aspects in the legal and ideological sphere, pillars for understanding in the field of materialization.

Keywords: Politics. Public policy. EaD. Research. Education.

INTRODUÇÃO

Destacamos inicialmente aspectos preliminares sobre a constituição das políticas educacionais no âmbito nacional e a relação com a pesquisa. Isto a partir dos apontamentos de Bourdieu, especialmente no que diz respeito à modalidade Educação a Distância (EaD), que faz parte de nosso objeto de pesquisa no Mestrado em Educação na linha História, Política e Organização da Educação na Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), em andamento.

Percebe-se que os estudos sobre política educacional no nosso país se intensificam a partir da década de 1980 e início da de 1990. Obras de sociólogos serviram de base e o tema ainda é recente no campo educacional. O campo das políticas públicas ganha mais ênfase nos estudos depois de 1980: “No Brasil, os estudos sobre as políticas públicas ganharam centralidade a partir dos anos 1980” (MUNDIM; VERGARA, 2014, p.3).

A pesquisa em política educacional requer a análise de amplos contextos que a envolvem. A sociedade, os sujeitos e a estrutura político-social compõem a estrutura da educação e de suas normativas legais. Este artigo se desenvolve a partir de investigação bibliográfica e divide-se em três partes. Na primeira, são abordados aspectos constitutivos sobre política educacional, com apontamentos gerais sobre os principais aspectos da política educacional brasileira. Na segunda, cuidamos de considerações sobre a relação com a pesquisa, a partir de fundamentos a partir das considerações de Bourdieu. Por fim, expomos reflexões também do teórico francês e como a modalidade EaD se enquadra nisto. Terminamos com conclusões finais.

ASPECTOS CONSTITUTIVOS SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL

Consideramos a política educacional como um campo com características específicas de criação e determinação. Lahire o define: “um espaço de lutas, uma arena onde está em jogo uma concorrência ou competição entre os agentes que ocupam as diversas posições” (LAHIRE, 2017, p. 65).

Há um conjunto de forças que disputam o poder. Vários sujeitos o compõem, característica que se torna presente nas formulações e implementações das políticas.

○ campo da política educacional possui suas próprias especificidades, interesses, instâncias de divulgação, além disso, vem sendo institucionalizado por meio de diversos fatores como: expansão da produção acadêmica sobre política educacional, criação de linhas e grupos de pesquisa na pós-graduação, criação de associações e grupos de trabalho dentro de associações, entre outros (STREMEL, 2012, p.4).

○ campo da política educacional tem se ampliado. ○ aumento da produção de conhecimentos, dos meios de divulgação e dos espaços contribuem para tal fenômeno.

A política se constrói por um conjunto de determinantes e é cotidiana. Bourdieu (2011) afirma que temos uma tendência em copiar e reproduzir, almejando mudanças e revoluções. Porém, ficamos presos às reformas, não passando delas.

○ estudo em políticas educacionais requer consistência teórica. ○ sujeito pesquisador não trabalha com o que se acha ou se supõe, mas com a pesquisa para comprovar ou não tal aspecto.

Segundo Rizvi e Lingard (2013), os estudos políticos são recentes. Surgiram entre os anos 1950 nos países democráticos liberais. No mesmo período, o termo “política educacional” surge mais intensamente na Europa. Já no Brasil elas se iniciam, conforme dito, na década de 1980. As produções de sociólogos no começo de 1990 dão continuidade. Nas últimas décadas, os estudos se solidificam, conforme Tello (2012).

A própria definição de política educacional se ampliou. Há uma conceituação mais vasta. “[...] Ao longo dos anos, uma grande variedade de definições foi levantada, indicando que a política é um conceito altamente controverso” (RIZVI; LINGARD, 2013, p. 26, tradução nossa).¹

Conforme os autores, o conceito tem várias determinações e definições. Elas crescem ultimamente, ganhando complexidade própria. O conceito de política trabalhado na área educacional é importado, como em geral ocorre. Também é subjetivo. Assim, ao pesquisador cabe considerar o contexto. Grande parte das políticas têm caráter corretivo e paliativo e não alcançam a fonte para resolver problemas. (AZEVEDO, 1997).

De acordo com Azevedo (1997), política é tudo que fazemos e que não fazemos no âmbito da sociedade civil. Ou seja, quando falamos ou lutamos por política ou não fazemos política. Assim, precisamos de algum posicionamento e nossa ação nunca é neutra. A ciência humana é subjetiva e é difícil romper com as verdades a naturalização das ações e coisas.

A política está presente, imbricada, na vida cotidiana: nas relações, nas mediações com os sujeitos e nas intermediações com agentes que compõem o Estado. Não é um conceito aparte da sociedade. Está na educação, na vida social, nas divisões, nas subjetividades dos indivíduos e nos discursos. É parte integrante e não isolada da vida.

Vale retomar as três dimensões que Azevedo (1997) aborda em 'Uma Proposta Analítica para a Política Educacional no Espaço de Interseção de Abordagens'. A cognitiva, enquanto valor. Relacionamos à crença religiosa, à interiorização de algo, como o professor que interioriza sua profissão. A instrumental, que é sobre saber fazer. E a normativa, relacionada ao que está registrado, resultado do trabalho. As três fazem parte da política.

A dimensão instrumental se relaciona com os instrumentos, como, na pesquisa, os formulários, livros e bibliotecas. A normativa é a normalização, cristalização, naturalização e o resultado de algo. Dialoga com o conceito de Bourdieu (2011) sobre inculcação. Ou seja, a naturalização pelo Estado de um grupo específico, significando estar em algum lugar. Por exemplo, a ideia de que para ser feliz é preciso pertencer a certa classe ou profissão.

A educação faz parte do social. Desde a inculcação e se insere em contexto maior. Não é possível pensar em política sem considerar isto. Azevedo (1997) traz reflexões que nos remetem aos estudos políticos. No sentido de valor, a autora ressalta a investigação em política pública inserida em um contexto social. Oferece a partir de um ponto de vista democrático um marco inicial para os sujeitos envolvidos. Em nosso caso é uma tentativa de democracia.

¹ [...] A lo largo de los años, se ha planteado una amplia variedad de definiciones, lo que indica que la política es un concepto muy polémico” (RIZVI; LINGARD, 2013, p. 26).

Com efeito, pode-se afirmar que um setor ou uma política pública para um setor, constitui-se a partir de uma questão que se torna socialmente problematizada. A partir de um problema que passa a ser discutido amplamente pela sociedade, exigindo a atuação do Estado. (AZEVEDO, 1997, p. 61).

Bourdieu (2011) nos ajuda a entender que classe social é um ponto e que há outros determinantes para a elaboração das políticas. As classes estão dentro de grupos sociais e há fatores que compõem a cultura do grupo social.

Azevedo (1997) apresenta a política educacional como tomada de decisão. Pensada por um Estado e por sujeitos. Existem atores, de um grupo social, e que quando não têm voz, se instala uma posição autoritária.

POLÍTICA EDUCACIONAL, PESQUISA E AS CONTRIBUIÇÕES DE BOURDIEU NESTA RELAÇÃO

Vale ressaltar o compromisso na contemporaneidade da nossa posição epistemológica, assim como a clareza teórica, filosófica e sociológica dos autores que embasam a concepção de mundo. Também de escola, de sociedade, de política e de política educacional. Estabelecer o referencial teórico do objeto é tarefa importante e complexa, mas essencial para o andamento de nossas pesquisas.

A relação entre sujeito e objeto na pesquisa científica nunca é neutra dado que cabe ao observador conferir significação à realidade que analisa e este o faz a partir da sua visão de mundo e do contexto histórico-social no qual está inserido. Igualmente, todas as escolhas feitas pelo pesquisador no desenvolvimento de uma investigação são pautadas pelo seu posicionamento epistemológico, desde a seleção do objeto de estudo até a forma de publicação e divulgação do relatório final (SILVA; RUSSO, 2014, p. 3).

Bourdieu (2011) valoriza e propõe a exposição do pesquisador segundo sua posição. Além da sua visão de mundo, de sujeito e de sociedade.

Segundo Rizvi e Lingard (2013), em questões teórico-metodológicas, a política educacional vem sendo construída desde vários contextos e intelectuais. Tello (2012) traz considerações sobre o rigor epistemológico. Durante o processo de pesquisa é preciso manter a coerência epistemológica. E este tem que ser o seu contexto real.

As pesquisas no tema revelaram propostas de políticas públicas menos centralizadas, hoje inexistentes.

Uma política ou reforma educacional é aquela que é “percebida” em termos de objetificação. Não existe melhor política educacional, precisamente, do que se percebe. A política como construção discursiva de um setor dominante suficiente para defini-lo. Essas definições se transformam em políticas quando se efetivam em tensões na medida em que são percebidas pelos sujeitos/instituições envolvidos (ASPRELLA, 2013, p. 98, tradução nossa)².

2 “Una política educativa o reforma es la que “se percibe” en términos de objetivación. No hay mejor política educativa, justamente, que la que se percibe. Política como la construcción discursiva de un sector dominante suficiente para definirla. Esas definiciones se transforman en políticas cuando se efectivizan en tensión al ser percibidas por los sujetos/instituciones involucrados” (ASPRELLA, 2013. p. 98).

Mainardes, Ferreira e Tello (2011) apresentam uma discussão sobre análise de políticas educacionais e debates teórico-metodológicos. No Brasil, afirmam, são poucos os trabalhos que tratam de tais questões. Porém, “observa-se um aumento significativo de pesquisas, publicações, grupos de pesquisas e eventos específicos de políticas sociais e políticas educacionais” (MAINARDES et. al, 2011, p. 144).

Todavia, há problemas nas análises e nos aportes teórico-metodológicos. Há mais estudos sobre programas educacionais e existe uma lacuna quanto a outros temas.

Para Bourdieu (2011), para entender melhor a lógica do mundo social é preciso mergulhar na particularidade da realidade pelo empírico. Ir ao campo, analisar os dados, sempre à luz do campo na investigação.

Ainda, o “capital cultural” possibilita a reflexão sobre o social nos aportes teórico-metodológicos das políticas educativas atualmente (KAPLAN e NAPOLI, 2013). Somos influenciados pelos contextos sociocultural e econômico, bem como pelas relações humanas que nos rodeiam.

Dito isso, se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo coletivamente, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão ao vazio social, como parecem acreditar alguns etnometodólogos: a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo (BOURDIEU, p.27, 2011).

A relação que estabelecemos com as coisas tem, em sua gênese, uma relação com o contexto em que estamos inseridos.

Na obra 'A Reprodução' (2012), Bourdieu traz um glossário para explicar os conceitos que obteve a partir da pesquisa. É como eles se aplicam na pesquisa de campo.

Reproduzir um modelo na escola, conveniente a um grupo social, demonstra uma ação voltada a uma cópia. Além de uma reprodução inconsciente do modelo. É certo que Bourdieu (2012) não propôs isto nas escolas, mas apontou sua existência.

○ teórico francês traz contribuição com o conceito de *habitus*:

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes (BOURDIEU, 2011, p. 22).

○ *habitus* pode ser definido como um conhecimento adquirido. Ele se compõe dos traços históricos de cada um e de cada grupo social. Ou seja, determinantes históricos constituem o sujeito. Ele pode ser construído e não conseguimos mais mudar. Também há

um haver, um capital, uma maneira como nos colocamos à frente de algo. Ainda, o *hexis* seria uma postura incorporada, que foi repetida e se naturalizou.

Tais elementos estruturais ou determinantes estão postos dentro de nós e até em nossa religião e profissão. Enraízam-se na sociedade e assim se estruturam.

O *habitus* também se constitui pela influência de grupos sociais. E esses não podem ser considerados de forma isolada e determinista. Trata-se do objetivo e do subjetivo, enquanto relação que se estabelece no cultural de um grupo.

Bourdieu (2011) não chega a teorizar um método. Propõe escolher um conceito e trabalhar aliado à pesquisa empírica, validando-o ou não dentro de determinado campo.³ Ao explicitar o conceito de campo, Bourdieu (2011) apresenta a diferença entre teoria teórica e teoria científica como campos específicos:

Diferente da teoria teórica, discurso profético ou pragmático que tem em si mesmo o seu próprio fim e que nasce e vive da defrontação com outras teorias, a teoria científica apresenta-se como um programa de percepção e de ação só revelado no trabalho empírico que se realiza. (BOURDIEU, 2011, p. 59).

Para o autor, a teoria teórica apresenta em si um caráter prático e relacional com outras teorias. A teoria científica é ligada pela ação e pela comprovação de uma pesquisa empírica. Assim, no campo intelectual do conhecimento, os conceitos adquiridos possibilitam uma reflexão que desconstrói e reinterpreta o que o sujeito está dizendo. Na pesquisa, por exemplo, isso é percebido no objeto de estudo. Bourdieu (2011) diz para ir ao campo, à pesquisa empírica. Então, o conhecimento do objeto se relaciona com os aportes teóricos que o sustentam.

Ele ainda ensina (2011) que a teoria e método não se separam. Há uma articulação entre as decisões epistemológicas, o método e a metodologia das pesquisas.

Muitos são os desafios que acompanharão a pesquisa em política educacional nos próximos anos, mas gostaria, para terminar, destacar alguns: revigorar o debate teórico e histórico. A pesquisa empírica é fundamental para o conhecimento aprofundado da realidade, mas para poder organizar e analisar os dados coletados é necessária uma direção que permita interpretar os aspectos singulares da realidade observada e integrar as pesquisas no todo maior de produção científica. A preocupação com as dimensões teórica e histórica possibilitará à pesquisa interpelar as políticas educacionais e a realidade educacional concretizada como processos que carregam historicidade. (KRAWCZYK, 2012, p.10).

O aprofundamento teórico e histórico são pontos que Krawczyk (2012) destaca para o avanço nas pesquisas em políticas educacionais. A relação com a realidade se estreita e nos permite explorar o conhecido, alicerçando as bases para a pesquisa *a priori* e

³ O campo é constituído por estruturas; e são essas estruturas que reproduzem as hierarquias que definem um determinado campo. Portanto, este é o princípio do movimento perpétuo que anima esse campo e que reside na luta produzida pelas estruturas constitutivas do mesmo. A estrutura do campo se monta em torno de dois pólos, o dos dominantes e o dos dominados. O pólo dominante é ocupado por aqueles agentes que possuem o máximo de capital social, já os agentes que se situam no pólo dominado são definidos pela ausência ou pela raridade do capital social específico que determina o espaço em questão. (CARVALHO, 2017, p.108).

para a pesquisa empírica. O debate amplia-se. E nas pesquisas em políticas educacionais se alcançam resultados mais precisos.

Tello (2012) contribui para a reflexão. Na produção do conhecimento do campo, pretende-se aumentar o referencial trabalhado. E a ampliação das discussões sobre como as pesquisas produzidas são essenciais para o início, desenvolvimento e conclusão delas.

REFLEXÕES DE BOURDIEU E A MODALIDADE EAD NO CONTEXTO POLÍTICO EDUCACIONAL

Percebemos pelas contribuições de Bourdieu que utilizamos de certa produção e devemos refletir desde nosso contexto. A relação de interpretação, assimilação e produção parte do sujeito pesquisador, este com características subjetivas e individuais. A análise, a produção de material científico e a submissão deste ao público legítima ou reconstrói suposições teóricas.

Objetivar significa também produzir às classes, tornar visível, público, conhecido de todos, publicado. Um autor um verdadeiro sentido é alguém que torna públicas coisas que todo mundo percebia confusamente; alguém que possui uma capacidade especial - a de publicar o implícito, o tácito -, alguém que realiza um verdadeiro trabalho de criação. (BOURDIEU, 2004, p.102).

Pesquisar é, ao mesmo tempo, um desafio e uma arte que pulveriza conhecimentos. Nas entrelinhas encontra-se significado e no contexto o significante. Aqui buscamos explicitar apontamentos preliminares sobre o ensino na modalidade EaD. Tomamos como base teórica as reflexões de Bourdieu.

Antes, ressaltamos a relação da educação com tecnologias. O giz e o livro ainda estão presentes no âmbito educacional. São tecnologias que estabelecem uma relação intrínseca, em tese.

A educação é e sempre foi um processo complexo que utiliza a mediação de algum tipo de meio de comunicação, como complemento ou apoio à ação do professor em sua interação pessoal e direta com os estudantes. A sala de aula pode ser considerada uma “tecnologia”, da mesma forma que o quadro negro, o giz, o livro e outros materiais são ferramentas “(tecnologias”) pedagógicas que realizam a mediação entre o conhecimento e o aprendiz. (BELLONI, 2012, p.58).

Consideramos o termo “tecnologia” como algo mais abrangente. Não somente computadores, internet ou celulares. Há um significado globalizante que posteriormente definirá Educação a Distância.

A EaD não é uma educação própria ou uma metodologia específica. É uma modalidade que usa das interações tecnológicas nos processos de ensino e aprendizagem. Tem características particulares.

É importante salientar ainda que a EAD se refere a uma modalidade de ensino, a qual não deve ser considerada uma metodologia educacional. Desta forma, a mesma não é outro tipo de educação, mas, outra modalidade, a qual, ainda, pode proporcionar inovações das práticas pedagógi-

cas. A inovação refere-se ao fato da modalidade introduzir novidades nas práticas pedagógicas, como o uso da TIC, pode modificar práticas já consolidadas na educação tradicional. Assim, ela possui suas especificidades, o que explica esta não ser apenas uma mera reprodução da modalidade presencial. (MELLO, 2019, p. 17).

A modalidade supera o caráter emergencial e firma bases legais na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1966. Porém, se limitar a isso empobrece o debate. Há muito ainda o que discutir, produzir e aplicar.

A institucionalização da EAD pressupõe a compreensão das especificidades que a constituem como uma modalidade de ensino. Todo o conhecimento, acerca de sua dificuldade de implementação, poderá permitir a busca de soluções viáveis para a integração da modalidade. (MARAFANTE SÁ, 2015, p.88).

Entendendo a importância de Bourdieu para pesquisas em políticas públicas educacionais, optamos por abordar nesta seção um contexto reflexivo diante da EaD. Pretendemos ver como ela pode ser considerada uma política pública. Tal intenção ultrapassa os limites deste trabalho e é certo que é um debate inicial. No entanto, pode abrir caminhos para novas pesquisas.

A obra de Bourdieu também é útil para a análise de textos políticos e, em particular, daqueles que circulam globalmente. Ao falar da circulação global de textos, Bourdieu (2003) argumenta que a política e outros textos são retirados de seu contexto de produção e lidos em um contexto de recepção diferente (RIZVI e LINGARD, 2013, p. 90, tradução nossa).⁴

Conforme dito, a EaD passa a ser considerada legalmente como modalidade de ensino após a LDB. Ganha especificidades em sua grade curricular e em seus materiais pedagógicos. Também na relação temporal e espacial entre professores e alunos, no seu corpo docente e em suas normas de credenciamento e oferta de cursos.

Nesse âmbito, com a lei nº9.394/96 (BRASIL, 1996a), a EAD deixa de ter um caráter emergencial e supletivo, adquirindo reconhecimento legal em uma série de documentos que procuram definir critérios e normas para a criação de Cursos e programas de EAD pelas instituições de ensino (COSTA, 2010, p. 39).

Abordar a temática nos traz várias questões, posicionamentos e bases de referenciais teóricos. Isso porque a legalização só veio em 1996. Até então a modalidade era tida como emergencial, apenas. Ela então abriu possibilidades especialmente ao setor privado. O ensino se tornou aligeirado e lucrativo, à exemplo do curso de Pedagogia.

As dificuldades da universidade pública são diferentes das IES particulares, mas o público alvo dos cursos de Pedagogia em EaD particulares é, em sua maioria de pessoas que não tiveram formação acadêmica, ou cuja formação não está relacionada à docência (LEAL, 2012, p. 131).

4 "La obra de Bourdieu también es útil para el análisis de textos políticos y en particular aquellos que circulan globalmente. Al hablar de la circulación global de textos, Bourdieu (2003) sostiene que la política y otros textos se sacan de su contexto de producción y se leen en un contexto de recepción diferente." (RIZVI e LINGARD, 2013, p. 90).

As condições de acesso e de permanência não são iguais e não chegam aos indivíduos da mesma maneira. O que nos leva a pensar por que muitos optam por tal formação. Ignorar isso é correr o risco de fazer uma análise superficial.

Bourdieu (2004) aponta que

[...] O habitus, necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica das causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Ao tempo que somos moldados, também moldamos. É fundamental portanto pensar nas políticas públicas de educação por um olhar mais próximo possível das subjetividades e dos contextos que determinam as situações.

A formulação de políticas públicas para a EaD é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados, e envolve vários atores formais e informais e níveis de decisão, embora seja materializada por intermédio dos governos. Além disso, é abrangente e não se limita a leis e regras, tendo impacto no curto prazo, embora se trate de política de longo prazo. (PIMENTEL, 2018, p. 511).

A constituição de políticas públicas para a EaD, assim como as demais, estabelece metas a serem alcançadas. Vários segmentos participam desse processo, mediados pela ação governamental.

As políticas de formação inicial de professores na modalidade EaD passa a ter maior concretude com as normativas legais. Citamos a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e o Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que regulamentou o artigo 80 da LDB.

No dia 19 de dezembro de 2005, foi assinado o Decreto nº 5.622, complementando, posteriormente, pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, os quais regulamentam o artigo 80 da LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1966. Os documentos estabelecem normas para a educação à distância e tratam do credenciamento de instituições para a oferta de EaD e da autorização e reconhecimento de cursos criados segundo essa modalidade de educação (LEAL, 2012, p. 30).

Esses não são os únicos marcos legais. Há, ainda, normativas sobre credenciamento dos Institutos de Ensino Superior (IES) para a oferta dos cursos. Ainda, outras que tratam da organização curricular, oferta de cursos em pós-graduação e corpo docente. No entanto, não são nosso objeto de estudo.

Nota-se que só a partir da LDB a modalidade de ensino ganha destaque normativo. Posteriormente, vão se desenhando novas diretrizes. A EaD se insere dentro de um processo histórico, social e político próprio. Dentro da nossa pesquisa, é preciso considerar que o tema não equivale apenas ao advento da internet ou de outras tecnologias. Mas sim a uma política pública que abrange contextos mais complexos e ambíguos.

O fenômeno de expansão da EaD não pode simplesmente ser atribuído ao desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs),

mesmo sabendo que as novas ferramentas e plataformas educacionais, como por exemplo, a Blackboard, o Moodle etc, têm contribuído fortemente para a interação entre IES e estudantes. O ensino a Distância também está inserido dentro de um contexto econômico, social e político do país. Deve-se situar este fenômeno historicamente e nas relações de projetos econômicos e políticos com visões de constituição ou afirmação de modelos sociais. (MELLO, 2019, p. 92).

Os contextos político, social e cultural, no EaD ou presencial, são dimensões intrinsecamente ligadas. E tais realidades devem ser contempladas na proposição de políticas públicas. Muitas destas não compreendem todos os sujeitos inseridos no processo. Acredita-se que a padronização vai equiparar todos igualmente, o que funciona talvez só no âmbito do discurso.

A ciência não tem que celebrar ou deplorar a distribuição desigual da competência política tal como ela é socialmente definida em um dado momento de tempo, ela deve analisar as condições econômicas e sociais que a determinam e os efeitos que ela produz, em uma vida política, fundamentada na ignorância (ativa ou passiva) dessa desigualdade (BOURDIEU, 2004, p. 227).

De plano, as políticas públicas parecem uma estrutura de fácil realização. Porém, conforme dito, a arena política é um jogo ambíguo de forças. Diversos personagens disputam a materialização de um marco legal.

[...] Em virtude disso, a análise de políticas demanda levar em consideração uma multiplicidade de aspectos, tais como: a estrutura social, o contexto econômico, político e social no qual as políticas são formuladas; as forças políticas; e a rede de influências que atuam no processo de formulação de políticas e de tomada de decisões nas diferentes esferas (MAINARDES, 2009, p. 10).

Assim, considerando a EaD dentro de um contexto, vemos que ela parte de certos fatores que a levam à modalidade de ensino e formação.

O tema se liga também à acirrada disputa entre apaixonados e críticos do modelo. Essas últimas amparadas no inegável fato de que ela está sendo cada vez mais apropriada pelo setor privado.

A ausência do Estado deixou espaço para as instituições particulares visto que a única presença do Estado com a oferta da Educação Superior à Distância se deu por meio da Universidade aberta do Brasil, oficialmente criada em 08 de junho de 2006 pelo Decreto 5.800/2006 (SANTOS, 2013, p. 25).

Apesar do avanço em termos legais, é só com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) que a modalidade passa a ser institucionalizada em IES credenciadas, enquanto legalidade de política pública.

Apesar do aumento na oferta da modalidade a distância ter sido mais perceptível no setor privado, as políticas que propiciavam a expansão da EaD nas Instituições Federais de Ensino Superior (IES) passaram a acontecer de

modo articulado com a criação do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) (LOBO, 2011, p. 20).

A expansão da UAB deu mais espaço à EaD no âmbito das políticas públicas. Prescreve o Decreto nº 5.800 de 8 de julho de 2006:

Art. 1º: Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação à distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País (BRASIL, 2006, p. 1).

Os objetivos da criação da UAB são a oferta de cursos, capacitação e ampliação do EaD. Ainda, busca-se o uso das TICs no âmbito de ensino e formação, ampliando o acesso ao ensino superior público.

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; IV - ampliar o acesso à educação superior pública; V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País; VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior à distância; e VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação à distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação. (BRASIL, 2006, p.1).

A UAB legalizou mais solidamente o ensino, principalmente em cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada dos professores. Especialmente para o pessoal da educação, através das TICs.

Discutir, pesquisar, analisar e produzir amplamente no campo das políticas públicas educacionais requer um movimento maior do pesquisador. Contemplar os contextos, seja a sociedade, o Estado ou a Economia e assim observar o jogo de interesses nestas relações é imprescindível. Sobretudo na modalidade EaD, gestada e articulada em um sistema educacional diverso e amplo como o brasileiro. Somente assim ela se configurará como política pública educacional. Lembrando que ela ainda ganha contornos políticos em sua estruturação. Mas é certo que se impõe a reflexão se conseguiremos ou não a transformar em uma política pública de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir aspectos preliminares sobre a política educacional, em sua constituição e relação com a pesquisa, percebeu-se a necessidade de uma articulação analítica com outros segmentos, como: sociedade, escola, educação, sujeitos e classe social. Eles formam um todo que não é isolado. Os conceitos de campo e *habitus* de Bourdieu (2011) nos ajudam a perceber como essa relação acontece.

Ao se propor pesquisar política educacional, o movimento em busca de uma ampliação da visão do sujeito pesquisador é importante. O olhar teórico epistemológico constitui os alicerces de uma pesquisa científica.

Pensar o espaço em que as políticas se fundamentam, a partir de marcos históricos e perspectivas, é primordial. Assim se realizará uma interpretação consistente na pesquisa em educação, não apenas como descrição.

Visamos apresentar elucidações no campo teórico que demonstrassem a EaD enquanto política pública. A modalidade percorreu longo caminho até sua materialização. É produtivo, portanto, considerar todo o processo histórico e, a partir dos aspectos construtivos, entender quais fatores levaram ao patamar que hoje ela está no setor privado. Vale destacar que não se trata de tomada de posição dentro da acalorada discussão. Mas sim refletir sobre qual caminho seguir para que ela se ampare no campo das políticas públicas educacionais.

Por fim, a constituição das políticas educacionais é marcada por ampla disputa de interesses. É uma luta ambígua entre poderes e as pesquisas têm aumentado cada vez mais. Diante disso, se abrem várias tendências de estudo, análise e pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ASPRELLA, G. La interpelación de lo cotidiano a las políticas educativas (políticas educativas, reformas y vida escolar cotidiana). In: TELLO, C. (coord. y compilador). **Epistemologías de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.
- AZEVEDO, J.M.L. de. Uma proposta analítica para a política educacional no espaço de interseção das abordagens. In: AZEVEDO, J.M.L. **Educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.
- BELLONI, Maria Luiza. **Educação à distância**. 6 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BOURDIEU, P. Espaço social e espaço simbólico. In: **Razões práticas**. Campinas: Papyrus, 2011.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. Livro 1. Fundamentos de uma teoria da violência simbólica. In: **A reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRASIL. **Decreto nº 5.800 de 2006**. Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília, 2006. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Dec_5800_2006_06_08.pdf Acesso em 7 de junho de 2020.
- CARVALHO, Karine Fernandes de. Os conceitos de habitus e campo na teoria de Pierre Bourdieu. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, 2017.
- COSTA, Maria Luisa Furlan. **Políticas públicas para o ensino superior à distância e a implementação do sistema Universidade Aberta do Brasil no estado do Paraná**. 2010. 186 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo. 2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101568/costa_mlf_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em 4 de junho de 2021.
- KAPLAN, C.V.; NAPOLI, P. di. La categoria de capital cultural em Pierre Bourdieu para el análisis de políticas y las prácticas educativas. In: TELLO, C. (coord. y compilador). **Epistemologías de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques**. Campinas: Mercado de

Letras, 2013.

KRAWCZYK, Nora. A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil. **Jornal de Políticas Educacionais**, n.12, p.03-11, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.jpe.ufpr.br/n12_1.pdf> Acesso 05 maio. 2021.

LAHIRE, Bernard. CAMPO. In: **Vocabulário Bourdieu**, CATANI, Afrânio Mendes (Org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LEAL, Marcello Guimarães. **Indicadores para a formação de pedagogos na educação à distância**. 2012. Tese, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/9689/1/Marcello%20Guimaraes%20Leal.pdf> Acesso em 20 de maio de 2021.

LOBO, Márcia Eunice. **Avaliação e regulação da educação à distância no ensino superior brasileiro: um olhar sobre os processos de credenciamento institucional**. 2011. Tese, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, São Paulo. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/9580/1/Marcia%20Eunice%20Lobo.pdf>> Acesso em 8 de março de 2020.

MAINARDES, J.; FERREIRA, M. dos S.; TELLO, C. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, S.; MAINARDES, J. (orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

MAINARDES, Jefferson. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos**, Itajaí, v.9, n.1, p.4-16, jan/abr. 2009. Disponível em: http://ri.uepg.br/riuepg/bitstream/handle/123456789/240/ARTIGO_An%C3%A1lisePolíticasEducacionais.pdf?sequence=1 Acesso em 3 de maio de 2020.

MELLO, Leonardo, Henrique Santos. **Ensino à distância (EAD) sua função enquanto política pública para a democratização do ensino superior**. 2019. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC/GO, Goiânia. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/4400/2/Leonardo%20Henrique%20Santos%20Mello.pdf>> Acesso em 9 de julho de 2020.

MUNDIM, Maria Augusta Peixoto; VERGARA, Leonardo da Costa. Concepções de Estado na pesquisa de políticas educacionais: análise de teses do período 2006-2010. In: Conferência Latino-americana de Estudos Epistemológicos em Políticas Educacionais, 18-20 de agos. 2014, Curitiba. **Anais ...** Curitiba, 2014. Disponível em: <https://www.relepe.org/index.php/biblioteca-tematica/87-biblioteca-tematica/problematicas-y-limitaciones-en-el-desarrollo-investigativo-en-politica-educativa> Acesso em 5 de junho de 2021.

PIMENTEL, Nara. Políticas públicas de educação à distância. In: Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação à Distância. MILL, Daniel (Org.), Campinas, São Paulo: Papirus, 2018.

RIZVI, F.; LINGARD, B. Análisis de políticas educativas em un mundo globalizado. In: RIZVI, F.; LINGARD, B. **Políticas educativas em un mundo globalizado**. Madrid: Morata, 2013.

RIZVI, F.; LINGARD, B. Concepto de política educativa. In: RIZVI, F.; LINGARD, B. **Políticas educativas em un mundo globalizado**. Madrid: Morata, 2013.

SÁ, MARAFANTE, Georgina. **Educação à Distância em Instituições de Ensino Superior Federais: aproximações e distanciamentos para a institucionalização**. 2015. Dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17378/1/Dissertacao_Georgina_Marafante_Sa_2015_EDUMATEC.pdf Acesso em 13 de julho de 2021.

SANTOS, Mario Dolizete Mugnol. **A constituição do campo da educação superior à distância no Brasil (1996-2010)**. 2013. Tese, Universidade de Campinas, UNICAMP, Campinas. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/handle/13036/34444> Acesso em 13 de julho de 2021.

vel em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281030/1/Mugnoz_Marcio_D.pdf
Acesso em 1 de junho de 2020.

SILVA, Valéria Andrade; RUSSO, Miguel Henrique. Fundamentos epistemológicos da pesquisa em política educacional. In: **II Conferência Latino-americana de Estudos Epistemológicos em Políticas Educacionais**, 18- 20 agos. 2014, Curitiba. Anais. Curitiba, 2014. Disponível em: <https://www.relepe.org/index.php/biblioteca-tematica/89-biblioteca-tematica/metodologias-para-el-analisis-y-la-investigacion-en-politicas-educativas> Acesso em 3 de junho de 2021.

STREMEL, Silvana. Fontes para o estudo da constituição do campo da política educacional no Brasil. **I Jornadas Latinoamericanas de estudios epistemológicos en Política Educativa**, Buenos Aires, Argentina, 15/16 de nov. de 2012. Disponível em: <https://www.relepe.org/index.php/biblioteca-tematica/90-biblioteca-tematica/historia-del-campo-de-la-politica-educativa> Acesso em 4 de maio de 2020.

VIEIRA, Marcelo Pustilnik de Almeida. **A EAD nas políticas públicas de formação continuada de professores**. 2011. Tese, faculdade de educação – Universidade de Campinas, UNICAMP, Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/251172/1/Vieira_MarceloPustilnikdeAlmeida_D.pdf> Acesso em 9 de novembro de 2020.